



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENO DO DIA 30 DE JUNHO DE 2023

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três deu-se início, às 13h em primeira chamada, à VI Reunião Ordinária do Conselho Pleno deste Conselho Municipal de Educação na Sede do CME, localizada na Rua José Riegert - nº 52 – Centro. Devido à instabilidade da conexão à internet não foi possível realizar a reunião em formato híbrido. Reuniram-se os Conselheiros Municipais de Educação relacionados a seguir: Mariana Inácio de Oliveira Máximo, Elaine Jaques Sotero, Silvia Almeida Lira, Renato Jordão Nunes, Maria Andréia de Almeida Ribeiro, Wellington Pereira da Silva, Carmen Lucia dos Santos Calheiro e Camila de Lima Teixeira Maia; Rodrigo de Campos Camões; Eliana de Oliveira Teixeira e Camila de Oliveira Barbosa da Costa; Rosangela Gonçalves Mota, Milene Lima da Silva, Ana Cristina Ferreira Neves, Alex Sandro Nazareth Targini; Nevaldo Leocádia Bastos Júnior; Dalila do Carmo Alcântara e Alex de Almeida; Jorge Luiz da Silva Nunes e Cristiane Cunha Vaz da Silva Inoue; Maycon Azevedo; Adriana Reis Soares; Norielem de Jesus Martins; Walquíria Maria de Lima Pereira. Após serem observadas as disposições regimentais sobre a composição do quórum, a presidente Silvia Lira inicia, em segunda chamada, a reunião do Conselho Pleno do CME. É solicitado pela presidente que a assessoria técnica apresente a pauta contendo a ordem do dia, sendo prontamente projetada pela assessora Sandra Cardoso no aparelho televisor instalado na sala de reuniões. Feita a leitura preliminar, surgem questionamentos. O conselheiro Alex de Almeida e a conselheira Dalila do Carmo Alcântara pediram inclusão de novos pontos de pauta. Alex de Almeida argumenta que realizou o pedido previamente por meio da ferramenta de mensagens instantâneas *WhatsApp*. O ponto solicitado pelo conselheiro alude à gestão democrática, indicando que há legislação municipal que versa sobre o tema. Alex de Almeida lembra a existência da Lei municipal nº 3.930, de 10 de setembro de 2020 e, evocando o art. 17, inciso IX, do Regimento Interno do CME, solicita regime de urgência para o tema em questão. A conselheira Dalila corrobora a proposta de Alex. Alguns conselheiros se manifestam, defendendo a necessidade de manter a pauta apresentada na Convocatória feita pela Presidência. A conselheira Cristiane Inoue perguntou se isso significaria que essa pauta passaria à frente da Meta 17 do PME e, diante da resposta positiva, argumentou que não concordava, sendo apoiada por outros conselheiros. Discutiu-se que o ponto de pauta sugerido pelo conselheiro Alex poderia ser discutido após o Pleno ter vencido a pauta apresentada na convocatória, não se procedendo a votação naquele momento. Na sequência, Dalila do Carmo Alcântara pede que as discussões sobre o plano de gestão orçamentária tenham continuidade e o plano em si seja revisto. O conselheiro Rodrigo Camões solicita que seja mantida a ordem da pauta comunicada previamente por meio da convocatória. A conselheira Maria Andréia Ribeiro concorda e solicita que haja respeito pela ordem das falas, com definição de tempo para cada conselheiro que solicitar o direito de se expressar. A presidente Silvia Lira lembra que há muitos pontos de pauta que precisam ser discutidos e que talvez não haja tempo hábil para as discussões propostas pelo conselheiro Alex de Almeida e pela conselheira Dalila do Carmo Alcântara. A conselheira Carmen Calheiro demonstra preocupação com o transcorrer do tempo, argumentando que nem mesmo a leitura da ata do dia está podendo ser feita dadas as interrupções. É sugerido pela conselheira que esses aspectos sejam tratados ao final da reunião, recebendo apoio dos demais



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Conselheiros. A presidente Sílvia Lira defende que as reuniões do Conselho Pleno sejam mais produtivas, além de indicar os pontos de pauta sugeridos serão colocadas como ordem do dia em outros momentos, mesmo que seja necessário convocar reuniões extraordinárias. Aproveitando que estava com a palavra, Sílvia Lira apresenta o conselheiro Nevaldo Bastos como novo Secretário Executivo do CME. Nenhum membro do colegiado apresentou quaisquer restrições, confirmando a indicação. Por solicitação da presidência, a assessora técnica Sandra Cardoso conduz a leitura da ata da V Reunião Ordinária do Conselho Pleno deste CME, realizada no dia vinte e nove de maio do ano de dois mil e vinte e três. Após leitura da ata e a realização de destaques por parte das conselheiras Eliana Teixeira e Dalila do Carmo Alcântara referente aos processos eleitorais realizados na ocasião, além de feitas as devidas alterações, o Pleno do CME aprova a nova redação do documento. Dando sequência à reunião, a presidente Sílvia Lira convoca o conselheiro Jorge Luiz da Silva Nunes para expor o caso da Escola Municipal para Deficientes Visuais – EMDV. Realizando uma minuciosa explanação sobre as questões que têm preocupado a comunidade escolar da citada instituição, Jorge Luiz argumenta que o Conselho Municipal de Educação foi acionado após as consecutivas abordagens do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, instituição em que também atua como conselheiro e vice-presidente. É importante ressaltar que, a Sra. Edília Carmo, Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais (APADEV) de Angra dos Reis, estava presente na plenária acompanhando a fala do conselheiro Jorge Luiz. A conselheira Adriana Soares realiza perguntas específicas ao conselheiro Jorge Luiz, que reafirma a inadequação do prédio em que a EMDV está funcionando atualmente. O conselheiro Rodrigo Camões aponta as inúmeras variáveis que são levadas em consideração para a locação de um imóvel em Angra dos Reis por parte do poder público. Variáveis que vão desde as questões de localização às questões orçamentárias. Solicitando a palavra, a conselheira Mariana Máximo, vice-presidente do CME, afirma que há novidades sobre a questão. De acordo com as informações da Secretaria de Educação, Juventude e Inovação – SEJIN, a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis está adquirindo um imóvel próprio para propiciar o pleno funcionamento da EMDV. Devido ao fato do prédio em questão estar passando por processo de desapropriação, necessitando, posteriormente, de reformas para as devidas adequações estruturais, ainda não há prazos fechados. Leva-se em conta que o processo de desapropriação de um imóvel segue ritos jurídicos e orçamentários específicos. A presidente Sílvia Lira frisa que realizou uma visita técnica à EMDV acompanhada da conselheira Mariana Máximo e do conselheiro Rodrigo Camões, aproveitando a oportunidade para convidar a gestora responsável pela instituição, a Sra. Lea Maria da Silva Domingos, para participar como parte interessada da presente reunião. Apesar de demonstrar interesse e reforçar o desejo de participação, a gestora justificou sua ausência afirmando que estaria cumprindo compromissos profissionais previamente agendados na data de hoje. O conselheiro Jorge Luiz pede que as informações sobre o novo prédio da EMDV sejam informadas oficialmente pela SEJIN. Além disso, o distinto conselheiro solicita que as vistorias ao imóvel em questão sejam feitas por representantes tanto do CME quanto do CMDPD por entender que a participação conjunta entre poder público e sociedade civil dará maior respaldo à escolha do novo prédio. A preocupação do conselheiro decorre da participação de outra reunião, realizada sob a égide do Ministério Público, em que a Secretaria Municipal de Educação, Juventude e Inovação – SEJIN,

representada pelo Sr. Carlos Alexandre Lima Nogueira, Secretário Executivo de Gestão Educacional, indicou que há técnicos capacitados na estrutura da SEJIN para a escolha de um novo imóvel. A conselheira Dalila do Carmo Alcântara relembra o caso da construção do CEMANEE (Centro de Educação Municipal para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais). A presidente Silvia Lira pede a palavra e, dirigindo a palavra ao conselheiro Jorge Luiz, aponta que as recusas a outros imóveis foram realizadas devido à análise técnica da gestão da EMDV. Foi identificado que as opções apresentadas até então eram igualmente inadequadas, o que tenderia a repetir o dilema atual. Como encaminhamento ficou decidido, em comum acordo pelo plenário, a solicitação de informações oficiais sobre esse novo imóvel, que será realizada por meio de ofício, e que a Câmara de Educação Básica irá acompanhar o desenrolar desse processo. Dando prosseguimento à pauta, a presidente Silvia Lira informa que o Cartão Educação está passando por adequações e levará em conta as particularidades dos estudantes matriculados nas unidades de atendimento educacional especializado. A assessora técnica Sandra Cardoso aponta que o processo licitatório segue um rito jurídico próprio e que o processo atual provavelmente não atenderá a essa questão, mas que nada impede que em uma próxima licitação ou aditivo no contrato tais adequações sejam inclusas. A conselheira Camila Maia elucida que estão ocorrendo consultas às gestões das unidades de atendimento educacional especializado para levantamento das demandas e para propor adequações na cesta de produtos que poderão ser adquiridos. Sandra Cardoso sugere que o cartão não fique preso a uma lista prévia, mas que o valor seja disponibilizado diretamente ao estudante ou a seu responsável mediante a comprovação dos gastos. A conselheira Maria Andreia Ribeiro lembra que a educação especial possui especificidades que, dada sua complexidade e particularidade dos casos, dificulta a previsibilidade dos itens a serem adquiridos. O conselheiro Maycon Azevedo sugere que, caso ocorra licitação de itens específicos, o Painel de Preços do Ministério de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos seja utilizado como referência. Avançando para o próximo ponto, referente ao quantitativo de Monitores de Educação Especial, a presidente Silvia Lira lembra que há concurso em vigor e que as convocações têm ocorrido constantemente. A conselheira Dalila do Carmo Alcântara afirma que está havendo considerável número de pedidos de exoneração, o que torna esse atendimento incerto. A conselheira também lembra que, além do déficit de monitores, também existe a alocação de muitos alunos com deficiências nas salas de aula das escolas da rede municipal, o que tem inviabilizado tanto o trabalho docente quanto o processo de inclusão. Pedindo a palavra, o conselheiro Renato Jordão apresenta algumas particularidades sobre sua experiência enquanto gestor. O respeitável conselheiro aponta que está havendo um crescimento considerável do número de matrículas de estudantes com deficiência na unidade escolar sob sua responsabilidade e se pergunta se tal fenômeno é generalizado. O conselheiro Jorge Luiz pede a palavra e, questionando a quantidade de monitores por aluno, pergunta se houve estudo prévio sobre esse quantitativo antes da contratação de novos profissionais. Retomando a indagação do conselheiro Renato Jordão, a vice-presidente Mariana Máximo aponta que realmente há uma tendência de aumento do número de estudantes com deficiência na rede municipal de ensino. Em resposta ao conselheiro Jorge Luiz, a conselheira Norielem Martins aponta que há previsão para novas convocações, mas que há variáveis que dificultam uma plena quantificação das demandas. O conselheiro Nevaldo Bastos, ao pedir a palavra, expõe





Conselho  
Municipal de  
Educação  
Angra dos Reis-RJ

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

sua experiência enquanto pai de uma criança autista e narra a dificuldade para conseguir um monitor. A conselheira Maria Andreia reforça as particularidades da educação especial, apontando que os procedimentos adotados são específicos e variam conforme o público atendido. Ao dar início ao próximo ponto de pauta, a presidente Silvia Lira propõe ao colegiado a deliberação sobre a participação deste Conselho Municipal de Educação no VI Congresso de Diversidade Cultural e Interculturalidade de Angra dos Reis, evento organizado pela Universidade Federal Fluminense cujo tema desta edição será "Territórios: saberes que nos constituem". A presidência solicita ao conselheiro Nevaldo Bastos que elucide ao plenário do que se trata tal evento. O conselheiro em questão lembra que a participação do CME se tornou algo tradicional, estando envolvido desde a primeira edição no ano de dois mil e quinze. Destaca-se que a conselheira Eliana Teixeira, o conselheiro Nevaldo Bastos e a presidente Silvia Lira estarão representando o CME na organização deste evento. As assessoras técnicas Eliana Teixeira e Sandra Cardoso também estão na organização do evento pelo Fórum EJA Sul Fluminense. A questão é colocada em votação e o Pleno aprova. Pedindo que as conselheiras Adriana Soares, Cristiane Inoue e Dalila do Carmo Alcântara se apresentem, a presidência solicitou que as mesmas falassem sobre sua participação enquanto representantes do Conselho Municipal de Educação de Angra dos Reis no âmbito do XXIII Encontro Estadual dos Conselhos Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro, realizado no município de São Francisco de Itabapoana-RJ entre os dias um e dois do mês de junho do ano corrente. As conselheiras apresentam uma detalhada explanação sobre os meandros da legislação e o papel dos conselhos municipais na efetivação das políticas educacionais municipais. Ao tratar das questões pertinentes às metas do Plano Nacional de Educação – PNE e seu congênere municipal, o Plano Municipal de Educação – PME, a assessora técnica e conselheira Eliana Teixeira reforçou a importância do Fórum Municipal de Educação e seu papel fundamental para o monitoramento do PME. A assessora técnica destaca que o último relatório de acompanhamento das metas municipais remonta ao ano de dois mil e dezenove. Em sua fala, Eliana Teixeira reforça que muitas das metas estão aquém do esperado. Por fim, a conselheira defende que as metas do PNE e do PME sejam referências para a efetivação de políticas públicas. Retomando a fala, a conselheira Cristiane Inoue aponta que é importante que o Poder Executivo tenha como prioridade o cumprimento e efetivação das metas do PME, tendo como urgência a valorização dos professores descrita na Meta 17, em específico nas estratégias 17.4 e 17.7. Por fim, a conselheira destaca que o diálogo entre o Conselho Municipal de Educação e o Poder Público é essencial nesse processo, lembrando que o PME é uma lei e que seu prazo está prestes a acabar no ano de 2024. Contribuindo para a discussão, a conselheira Norielem Martins também reforça o papel fundamental do Fórum Municipal de Educação. A conselheira reconhece que há limitações no PME em vigência, mas destaca que o texto foi construído com base na legislação então em vigor e nos indicadores disponíveis no momento, além de concordar que a participação coletiva é essencial. Ao iniciar o próximo ponto de pauta, referente aos repasses das câmaras internas deste CME, a presidência destaca que houve uma solicitação oriunda tanto da Câmara de Legislação e Normas quanto da Câmara de Educação Básica referente à quantidade de reuniões. A participação em constantes reuniões tem se configurado em um desafio para os conselheiros, pois, apesar da legislação prever justificativa para os servidores públicos, a ausência constante dos postos de trabalho pode interferir em seu desempenho. A

situação se torna mais desafiadora para os conselheiros municipais da sociedade civil que ocupam postos de trabalho na iniciativa privada, pois as declarações de comparecimento expedidas pela presidência não encontram amparo legal junto aos empregadores destes. Uma das propostas oriundas da Câmara de Legislação e Normas é que as reuniões das Câmaras ocorram no mesmo dia e dentro do mesmo horário destinado aos encontros do Conselho Pleno. Entendendo a necessidade de aperfeiçoar os trabalhos deste colegiado, os conselheiros adotam a proposta de que os encontros das câmaras ocorram na primeira hora da reunião do Conselho Pleno. A conselheira técnica Eliana Teixeira sugere que o tempo dedicado às câmaras tenha o acréscimo de meia-hora, sugerindo, portanto, que o tempo direcionado às câmaras ao início de cada reunião do Conselho Pleno seja de uma hora e trinta minutos. O colegiado concorda e aprova a solicitação. Também fica decidido que antes da próxima reunião do Conselho Pleno, quando essa mudança passará a ter validade efetiva, a Câmara de Educação Básica e a Câmara de Legislação e Normas convocarão reuniões extraordinárias para o mês de julho com o intuito de reorganizar a coordenação dos trabalhos em andamento. No que se refere à Câmara de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, a conselheira Dalila do Carmo Alcântara relembra que essa Câmara específica possui um ritmo de trabalho próprio e depende da chegada das prestações de contas enviadas pelo poder público. Efetivadas as propostas, a presidência passa a palavra para a conselheira Eliana Teixeira, coordenadora da Câmara de Legislação e Normas. As particularidades da Câmara em questão são apresentadas. Os temas abordados no momento são a minuta de deliberação para abertura e encerramento de instituições que compõem o Sistema Municipal de Educação; a minuta da deliberação que versa sobre as Diretrizes Curriculares e Operacionais para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos no Sistema Municipal de Ensino de Angra dos Reis; e, por fim, a construção do documento para padronização do registro de histórico escolar da Educação Infantil que deverá ser adotado pelas instituições privadas de ensino. Encerrada sua fala sobre a Câmara de Legislação e Normas, Eliana Teixeira realiza os repasses da Câmara de Educação Básica. Em decorrência da ausência da Coordenadora da Câmara em questão, a conselheira Suellen Souza, devido a questões pessoais, Eliana Teixeira faz o informe do andamento dos trabalhos por ter participado das reuniões na condição de assessora técnica do CME. A primeira elucidação é que até a presente data não houve resposta, por parte da SEJIN, ao Ofício nº 040/CME/2023, referente à oferta de transporte escolar para os estudantes matriculados na E. M. Francisco Geurtse que residem nos bairros do Balneário, Parque das Palmeiras e arredores. Consonante ao tema, não houve apreciação em tempo hábil do documento a ser redigido pela comissão formada pelo conselheiro Alex de Almeida e pela conselheira Suellen Souza. A apreciação será realizada na próxima reunião da Câmara de Educação Básica. A assessora técnica Eliana Teixeira também destaca as ações realizadas pela Câmara no tocante à fiscalização de instituições privadas de Educação Infantil, assim como os atos pertinentes. Destaca-se a atuação do Conselho Municipal de Educação na conquista do transporte escolar para a E. M. Dom Pedro I com seu reconhecimento, por parte do poder público, como uma unidade escolar de educação do campo. A conselheira Norielem Martins apresenta as questões pertinentes aos estudantes que estão fora do perímetro urbano, pois há critérios específicos para o atendimento desse público. A assessora técnica Sandra Cardoso atenta para o fato que o movimento de reconhecimento de determinada unidade escolar como instituição pública



Conselho  
Municipal de  
Educação  
Angra dos Reis-RJ

## ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

de educação do campo deve partir de seu respectivo Conselho de Escola, atendendo aos critérios da legislação vigente. A conselheira Adriana Soares, ao narrar sua experiência enquanto Assistente Social no atendimento a famílias de baixa renda, aponta que não é incomum que os responsáveis por estudantes em área rural financiem o transporte de seus filhos com recursos oriundos de programas sociais de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, devido à falta de acessibilidade em alguns contextos. A assessora técnica Sandra Cardoso aponta a necessidade da existência de uma instância que ajude a monitorar as questões referentes à educação do campo. Retomando os repasses da Câmara de Educação Básica, a assessora técnica Eliana Teixeira aponta que há denúncias de escolas particulares cobrando por mediadores de educação especial, sendo complementada por Sandra Cardoso que tal prática fere a legislação vigente. O conselheiro Jorge Luiz destaca que as questões inerentes à inclusão não se resumem apenas aos aspectos urbanísticos e arquitetônicos, mas da própria inserção das pessoas com deficiência nos diversos âmbitos de convivência social. Acolhendo a pertinência da questão, a assessora técnica Sandra Cardoso sugere que o conselheiro Jorge Luiz indique tópicos que possam ser incluídos no formulário de visita às unidades escolares. Ao iniciar o próximo tópico, o repasse das informações dos ofícios recebidos por este CME, a vice-presidente Mariana Máximo destaca a chegada de um questionamento oriundo da SEJIN sobre a condução do processo eleitoral para recomposição da presidência da CACS-FUNDEB. Em posse de parecer jurídico da Procuradoria Geral do município de Angra dos Reis, a conselheira explica que a contestação se refere aos procedimentos adotados durante o rito eleitoral, visto que a não observação de determinados procedimentos impediu a inserção dos dados da nova presidência eleita no sistema do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – SisCACS mantido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. De acordo com o documento, a condução do processo divergiu do teor exposto na convocatória para a Reunião Ordinária do CME realizada no dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e três. O ponto previsto na pauta versava sobre a escolha de um novo vice-presidente para a Câmara de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB. Além disso, a solicitação de mudança de condição da então Presidente da CACS-FUNDEB, Walquíria Pereira, requerendo deixar o posto de presidente, mas sem deixar a presidência em si, permanecendo como vice-presidente, criou fato novo que necessitaria de uma nova reunião da Câmara em questão. A conselheira Walquíria Pereira entende que sua ação precipitada levou ao impasse que se apresenta na reunião e que, após reconsiderar, pretende continuar como presidente da CACS-FUNDEB. Nevaldo Bastos solicita que Walquíria descreva o processo para constar neste documento. De acordo com a conselheira Walquíria, seu pedido para se tornar vice-presidente da CACS-FUNDEB foi uma decisão tomada individualmente, sem comunicação a nenhum outro membro desta Câmara específica. A conselheira Walquíria Pereira entendeu que a eleição para vice-presidência seria o momento ideal para solicitar a mudança de sua situação. Em suma, a conselheira pretendia permanecer na presidência, com o status de vice, mas não ocupando a posição titular. Walquíria reitera seu desejo de permanecer como presidente após reconsiderar o processo. A conselheira Dalila do Carmo Alcântara, eleita no processo supracitado, defende a legitimidade do mesmo por entender que as categorias componentes da CACS-FUNDEB estavam presentes no momento da reunião. O conselheiro Alex Sandro Targini pede a palavra, ressalta que participou da reunião de



maneira remota e argumenta que teve sua participação dificultada devido à instabilidade da conexão à internet. Além disso, solicita que o parecer recebido seja levado em consideração para que novos equívocos não ocorram, realizando o rito como pede as normativas indicadas. A conselheira Norielem Martins concorda, também pedindo que o processo seja conduzido com parcimônia e levando em consideração os ritos devidos. A assessora técnica Sandra Cardoso atenta para o fato que a conselheira Walquíria não se afastou definitivamente. A conselheira Adriana Soares entende que o processo em si foi prejudicial, principalmente pela seriedade da questão. A vice-presidente, Mariana Máximo, que conduzia a reunião à altura do pleito em questão, reconhece que houve erro na condução do processo. Considerou estar cumprindo os devidos procedimentos após constatação da presença das representações na reunião. Entretanto, em observância ao exposto no parecer recebido, entende que a questão precisa ser revista. Além disso, desculpa-se publicamente com a conselheira Dalila do Carmo Alcântara. Alex Sandro Targini defende que a condução da CACS-FUNDEB tem sido confusa até o presente momento do mandato vigente, solicitando maior clareza e comunicação dos passos da Câmara. A conselheira Cristiane Inoue defende que houve um processo democrático e que o resultado deve ser mantido, além de destacar que a situação atual é constrangedora. Após comunicar ao Pleno, a conselheira Adriana Soares deixa a reunião. A conselheira Rosângela Mota aponta que a questão não é pessoal com nenhum conselheiro, porém também defende que é preciso que os procedimentos sejam respeitados e que, se há inconformidades, que sejam analisadas em reunião específica da Câmara. Dalila do Carmo Alcântara defende que é imperativo que o regimento deste Conselho Municipal de Educação seja seguido. A conselheira entende que os dispositivos do documento em questão não estão sendo respeitados. A conselheira Carmen Calheiro reforça o caráter constrangedor do processo, indicando que a desculpa não deve ser individual, indicando que o Conselho Municipal de Educação em si deve desculpas à conselheira Dalila do Carmo Alcântara. Em observância ao tempo e visto que ainda há outras questões a serem tratadas, é encaminhado, após aprovação do Pleno, que a situação em discussão tenha prosseguimento em reunião própria da CACS-FUNDEB. Encaminhado o tema, a presidência prossegue para o próximo ponto de pauta: a situação dos representantes de servidores técnico-administrativos. A presidente Silvia Lira apresenta mais um ofício oriundo da SEJIN, dessa vez apontando questões relacionadas à conselheira Cristiane Inoue e ao ex-conselheiro Luis Claudio Silva. O questionamento presente no Ofício nº 179/2023/SEJIN parte do fato dos servidores estarem cedidos à Federação dos Servidores Públicos Municipais no Estado do Rio de Janeiro – FESEP-RJ. A presidência solicita que o conselheiro Maycon Azevedo, parte interessada na questão, leia o Ofício em sua íntegra. O conselheiro questiona as questões referentes à área de atuação da FESEP-RJ e a suposta sobrerrepresentação sindical. O conselheiro Alex de Almeida afirma que há tentativa de interferência do Poder Executivo na condução dos trabalhos do Conselho Municipal de Educação de Angra dos Reis, destacando ainda que não irá aceitar tal situação. Além disso, questiona a razão de haver tal ataque direcionado a uma cadeira de representação específica. E ainda acrescenta que causa estranheza esses questionamentos não serem direcionados à questão da recondução. A presidente Silvia Lira entende que não há questionamento institucional ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Angra dos Reis – SINSPMAR, instituição responsável pela indicação dos representantes dos servidores técnico-administrativos, mas que, de toda

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

forma, o mesmo deva ser comunicado para que se posicione formalmente. Retomando a palavra, o conselheiro Maycon Azevedo aponta as reiteradas ações da SEJIN de questionamento à legitimidade dos representantes de servidores técnico-administrativos. Além disso, destaca que a FESEP-RJ não é em si um sindicato, mas uma federação que reúne os sindicatos que representam os servidores públicos dos municípios do Estado do Rio de Janeiro e que, apesar de sua área de atuação não se restringir ao âmbito da municipalidade, seu núcleo na Região da Costa Verde está instalado no município de Angra dos Reis. Por fim, indica que a participação na FESEP-RJ tem como pré-requisito a filiação ao SINSPMAR. Ao solicitar a palavra, a conselheira Norielem Martins aponta que tal discussão está se estendendo demais, recorda que a temática foi tratada em reuniões passadas e entende que o SINSPMAR precisa se posicionar quanto ao teor dos questionamentos. O Pleno encaminha que seja enviado um Ofício ao SINSPMAR referente ao tema, com a documentação correlata em anexo para apreciação da instituição. Em observância ao prolongamento das discussões além do previamente acordado no início da reunião, a presidente Sílvia Lira indica que, apesar de ter conseguido abarcar a maioria dos pontos de pauta, não seria possível promover a discussão sobre o último ponto, que trata sobre as atribuições do CME. Além disso, é apontado pela presidente que algumas instituições não enviaram as atas referentes ao processo de escolha de seus respectivos representantes. Tomando a palavra, o conselheiro Alex de Almeida argumenta que, em seu entendimento, a não colocação do regime de urgência direcionado à discussão sobre gestão democrática fere o Regimento Interno do CME. Por sua vez, a conselheira Cristiane Inoue afirma que não admitirá que nenhuma outra discussão referente ao PME tenha prioridade sobre a questão da valorização dos profissionais do magistério, lembrando suas reiteradas solicitações de inserção do tema como ponto de pauta nas reuniões passadas. Sem mais questões a tratar, além de extrapolado o horário acordado no início da plenária, a presidente Sílvia Lira encerra a reunião. E eu, Nevaldo Bastos, encerro essa ata. Ata aprovada pelo Pleno em 31 de julho de 2023.





Conselho  
Municipal de  
Educação  
Angra dos Reis-RJ

Estado do Rio de Janeiro  
Município de Angra dos Reis  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENO

Data: 30 de junho de 2023

Horário: 13h

Local: Conselho Municipal de Educação

### PODER PÚBLICO

#### I - REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E INOVAÇÃO:

Titular	Assinatura	Suplente	Assinatura
Mariana Inácio de Oliveira Máximo		Elaine Jaques Sotero	
Silvia Almeida Lira		Renato Jordão Nunes	
Maria Andréia de Almeida Ribeiro		Ana Claudia dos Santos P. Ramos	
Wellington Pereira da Silva		Carmen Lucia dos Santos Calheiro	
Renata Costa Fernandes Las Cazas		Camila de Lima Teixeira Maia	

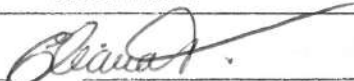
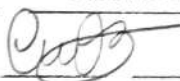
#### II - REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROMOÇÃO DA CIDADANIA:

Titular	Assinatura	Suplente	Assinatura
Maria Celina Figueiredo		Carlos Renato Souza dos Santos	

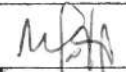
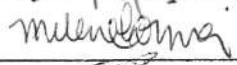
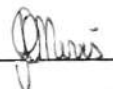

#### II - REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS:

Titular	Assinatura	Suplente	Assinatura
Rodrigo de Campos Camões		Juliana Magalhães Nascimento	

**IV- REPRESENTANTES DOS PEDAGOGOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL:**

Titular	Assinatura	Suplente	Assinatura
Eliana de Oliveira Teixeira		Camila de Oliveira Barbosa da Costa	

**V - REPRESENTANTES DOS DIRETORES DE ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:**

Titular	Assinatura	Suplente	Assinatura
Rosângela Gonçalves Mota		Mirtes Stella da Silva Pains	
Milene Lima da Silva		Ana Cristina Ferreira Neves	
Alex Sandro Nazareth Targini		Ilana Ferreira Ramos	

**VI - REPRESENTANTES DA SECRETARIA EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER:**

Titular	Assinatura	Suplente	Assinatura
Sérgio Luís da Conceição		Herick Porto Holzer	

**VII - REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE SAÚDE:**

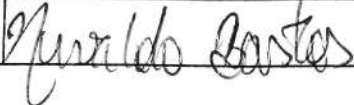
Titular	Assinatura	Suplente	Assinatura
Barbara de Oliveira Sinclair Haynes		Maria Heleise dos Santos Rosa	

**VIII - REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO:**

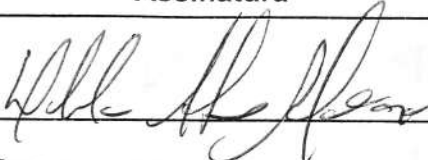
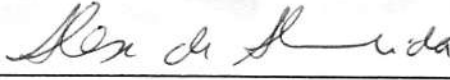
Titular	Assinatura	Suplente	Assinatura
Evelyn Conceição Botelho		Iderlan Cadilha Cunha	

## SOCIEDADE CIVIL

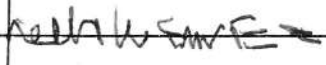
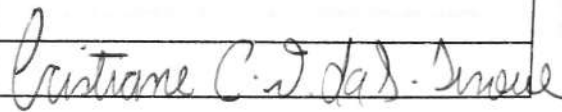
### I - REPRESENTANTES DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Titular	Assinatura	Suplente	Assinatura
Nevaldo Leocádia Bastos Júnior		Luana Graziella Bandeira	

### II - REPRESENTANTES DO SEPE-RJ SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

Titular	Assinatura	Suplente	Assinatura
Dalila do Carmo Alcântara		Alex de Almeida	


### III - REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL:

Titular	Assinatura	Suplente	Assinatura
Jorge Luiz da Silva Nunes		Andréia Ferreira C. J. de Carvalho	
Carine de Oliveira Moreira		Cristiane Cunha Vaz da Silva Inoue	

### IV - REPRESENTANTES DAS ESCOLAS PRIVADAS:

Titular	Assinatura	Suplente	Assinatura
Mônica de Oliveira Cardoso dos Santos		—	—

### V - REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS:

Titular	Assinatura	Suplente	Assinatura
Patrícia Aparecida da Silva Viríssimo		Maycon Azevedo	



**VI - REPRESENTANTES DOS RESPONSÁVEIS DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:**

Titular	Assinatura	Suplente	Assinatura
Tatiana Cardoso de Oliveira		Suzana do Carmo Roza Oliveira	
Suellen Moura Souza		Robson Ferreira Melo	

**VII - REPRESENTANTES DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:**

Titular	Assinatura	Suplente	Assinatura
Camila Assis Gouvea		Leandro de Souza Fogaça	
—	—	—	—

**VIII - REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:**

Titular	Assinatura	Suplente	Assinatura
Adriana Reis Soares	<i>Adriana Reis Soares</i>	Dalcir da Cunha Pinheiro	

**IX - REPRESENTANTES DAS ESCOLAS INDÍGENAS:**

Titular	Assinatura	Suplente	Assinatura
Algemiro da Silva Karai Mirim		Norielem de Jesus Martins	<i>Norielem</i>

**X - REPRESENTANTES DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS:**

Titular	Assinatura	Suplente	Assinatura
Walquíria Maria de Lima Pereira	<i>Walquíria Maria de Lima Pereira</i>	Andreia Lima Ferreira	

**XI - REPRESENTANTES DAS ESCOLAS DO CAMPO:**

Titular	Assinatura	Suplente	Assinatura
Carlos Eduardo Giglio		—	—